

# A Visão de Agostinho da Silva da Galiza, da Ibéria e da Europa

Renato Epifânio\*

A visão agostiniana da Galiza emerge no âmbito da sua reflexão sobre Portugal, sobre o seu sentido histórico. Desenvolveu Agostinho da Silva essa reflexão em diversas obras, desde logo, na sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, uma obra que Agostinho escreveu e publicou já no Brasil, em 1957, como se só no Brasil, face ao espelho atlântico, tivesse Agostinho descoberto Portugal.

Nessa obra, logo no primeiro capítulo, Portugal e Galiza aparecem a par, “como dois noivos que a vida separou”. Separação que Agostinho lamenta, por Portugal sobretudo, dado que, como nos diz, se ela não tivesse ocorrido, “talvez o ouro da Índia e Brasil tivesse dado maior proveito e se não tivesse, em plena época de afluxo de riquezas, de fazer aportar ao Tejo frotas de cereal e pão”.<sup>1</sup> Separado da Galiza, Portugal perdeu, à luz desta visão, as suas raízes mais profundas, o seu Norte. Daí os seus subsequentes desmandos – não só económicos, como sobretudo éticos...

Eis, dir-se-ia, o “pecado original” da formação de Portugal e das futuras Descobertas – como escreveu o próprio Agostinho, num texto de 1960:

“Nunca se devia ter abandonado a Galiza; se havia que morrer, havia que morrer junto com ela (...). [Depois, porque “quem abandonara a noiva abandonou o irmão”] Nunca se devia ter conservado Ceuta, nunca se devia ter feito mártir o Infante (...). Chamar-se ao Infante o Santo é protestar contra o desvio que levou do império dos mares, os mares sobre que flutua o Espírito, para o império das terras. Que levou de ser a ter.”<sup>2</sup>

---

\* Membro do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa e da Direcção da Associação Agostinho da Silva; secretário-executivo da Comissão das Comemorações do seu Centenário; investigador na área da “Filosofia em Portugal”, com diversos estudos publicados; Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; doutorou-se, na mesma Faculdade, no dia 14 de Dezembro de 2004, com a dissertação *Fundamentos e Firmamentos do pensamento português contemporâneo: uma perspectiva a partir da visão de José Marinho* (no prelo); autor do *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa* (no prelo), já em parte publicado na *Philosophica*, revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Nesta visão da História, não é, contudo, essa separação, essa cisão, um horizonte inultrapassável. Eis o que o próprio Agostinho da Silva, de resto, nos havia já antecipado no seguimento da passagem da sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* que há pouco transcrevemos, essa em que lamentava a nossa separação, a nossa cisão, com a Galiza – como aí escreveu:

“Mas tempo vem atrás de tempo; se há ‘talvez’ para o passado da História, há ‘talvez’ igualmente para o futuro da História; pode ser que um dia a reintegração da Península em si mesma, na sua liberdade essencial, se faça através da reunião de Portugal e da Galiza. Dos dois noivos que a vida separou.”<sup>3</sup>

Talvez que, contudo, sob uma perspectiva outra, essa cisão tenha sido necessária. Eis o que, pelo menos, Agostinho da Silva sugere na sua obra *Um Fernando Pessoa*, em particular quando aí desenvolve uma visão triádica de Portugal, à luz da qual

“o primeiro Portugal foi – nas suas palavras – o Portugal da velha unidade galaico-portuguesa, o Portugal lírico e guerreiro das cantigas de amigo e das velhas trovas do cancionero popular; nele estiveram – como acrescenta ainda – as raízes mais profundas da nacionalidade e nele sempre residiram as inabaláveis bases daquele religioso amor da liberdade que caracteriza Portugal como grei política.”<sup>4</sup>

Para que Portugal pudesse *barcar*, talvez que, contudo, tivesse que se cindir da sua *arca*... Eis, com efeito, o que, no seguimento desta passagem, Agostinho da Silva implícita senão mesmo expressamente defende ao afirmar que esse “Portugal da velha unidade galaico-portuguesa” era “demasiado rígido para as aventuras da miscigenação, da tessitura económica e do nomadismo que não reconheceria limites”.<sup>5</sup> A ser assim, essa cisão foi pois genesiaca – dado que dela resultou toda a demanda das Descobertas! Poderia, como expressamente salvaguarda o próprio Agostinho, no segundo capítulo da sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, não ter sido assim – nas suas palavras: “O Português podia ter resistido ao apelo do longe, Portugal podia ter-se recusado à acção.”<sup>6</sup>

Contudo, como se questiona ainda o próprio Agostinho da Silva: “...se Portugal não tivesse embarcado, quem teria embarcado?” Eis a resposta que logo de seguida nos dá:

“Se a alguém competia fazer-se ao mar (...), esse alguém era evidentemente o Português./ Tinha a resolução de ataque, a energia de combate e a resistência sob o tempo adverso que faltavam à doce, lírica, feminina Galiza. Tinha, como nenhum outro povo da Espanha, aquela noção de fraternidade sem a qual todo o cristianismo é mero vácuo (...).O Português lembrava-se, e da única forma perfeita em que o lembrar existe, que é vivendo-o, o Português lembrava-se da irmandade antiga de mouros, de cristãos e judeus”<sup>7</sup>

Paradoxalmente, como sempre, considera pois Agostinho da Silva que essa “irmandade”, essa união, que Portugal procurou concitar entre todos os povos do mundo foi originalmente potenciada pela própria desunião ou cisão com os outros povos peninsulares, desde logo com a Galiza.<sup>8</sup> Como, contudo, o mesmo Agostinho expressamente nos assegura, foi esse o preço necessário para que a união futura entre todos os povos do mundo, inclusivamente entre os povos peninsulares, por inteiro se cumpra... Daí que, à luz desta visão, a nossa demanda só se cumpra, enfim, no seu regresso ao princípio... Daí, de resto, a expressa prefiguração do regresso de Portugal à Galiza: ainda à luz desta visão, só realmente no fim da demanda se consumará enfim a principal união! Visão demasiado idílica? Eis o que veremos em outros textos agostinianos.

\* \* \*

Esta visão agostiniana da Galiza reaparece depois em diversos textos publicados nos anos 70, desde logo, em 1972. Refiram-se, a título de exemplo, os textos “Aurora” – primeira publicado na *Vida Mundial*, a 21 de Abril; depois republicado, sob o título “Aurora da Galiza”, em *O Sesimbrense*, a 21 de maio<sup>9</sup> –, “As duas vozes da Galiza” – publicado no suplemento *Artes e Letras do Diário de Notícias*, a 21 de Setembro<sup>10</sup> – ou ainda a pequena mas sugestiva “Ficha de Leitura: História da Galiza” – publicada na *Vida Mundial*, a 29 de Setembro.

Aparece ainda, mais fortemente, essa visão agostiniana da Galiza, numa série de 10 cartas, as “Cartas chamadas Santiago”<sup>11</sup> – apesar de só a primeira ter sido supostamente escrita em Santiago de Compostela –, todas elas começando com a seguinte quadra: “Santiago de Galiza,/ espello de Portugal,/ axudainos a vencer/esta batalla real.” Nelas, mesmo quando não fala expressamente na Galiza, é a partir dela, ou desse Portugal principal, desse “Portugal da velha unidade galaico-portuguesa”, que Agostinho da Silva nos fala...

Aparece enfim, na sua plenitude, essa visão agostiniana da Galiza, numa série de 3 cartas publicadas em *Encrucillada*, uma revista galega, em 1978.<sup>12</sup> Logo na primeira delas, diz-nos, Agostinho da Silva, o seguinte: “Continuo a ver a Galiza como a ‘chave’ da abóboda peninsular, a feição capaz de levar Portugal a participar como uma das unidades autónomas da nova Ibéria, não só esta aqui, dos Pirenéus para baixo, mas a que anda também por África, Ásia e América do Sul.” Eis, em suma, a visão agostiniana da Galiza: raiz principal de Portugal; “‘chave’ da abóboda de toda a Península Ibérica.” Em que medida, eis o que veremos ao debruçarmo-nos sobre “a visão agostiniana da Ibéria”.

\* \* \*

Ainda na sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, considera Agostinho da Silva que, historicamente, “a grande façanha de Portugal” foi a de “ter resistido a Castela” – nas suas palavras: “O que Portugal fez de maior no mundo não foi nem o descobrimento, nem a conquista, nem a formação de nações ultramarinas: foi o ter resistido a Castela. O ter mantido, através de sangue e fogo, o princípio de independência dos territórios periféricos.”<sup>13</sup> À luz desta tese, dir-se-á pois que Agostinho da Silva foi tudo menos um iberista. Eis, pelo menos, o que certamente dirão aqueles para quem o iberismo consiste na subjugação – mais ou menos voluntária... – a Castela. No entanto, essa não é a única definição possível de iberismo. Certamente, não é a de Agostinho da Silva. Daí que, num certo sentido, mas apenas nesse, possamos até dizer que Agostinho foi um iberista...

Por isso, aliás, defendeu Agostinho da Silva que a guerra pela independência, a guerra contra Castela, não foi uma guerra contra a Ibéria, mas, ao invés, uma guerra pela verdadeira “cultura peninsular”, pelo “verdadeiro estilo de vida da Península” – nas suas palavras:

“...ele [Nun’Álvares Pereira] não estava batendo-se por uma nação portuguesa contra uma nação espanhola. Em primeiro lugar porque não havia uma nação espanhola (...); em segundo lugar porque mesmo muito tempo depois de terminada a guerra, nunca os portugueses negaram que fossem espanhóis no sentido de pertencerem à Península: espanhóis sim, mas espanhóis de Portugal, não espanhóis de Castela; espanhóis, mas espanhóis que defendiam, contra um estilo de vida de opressão e de fanatismo e de pura cobiça, um estilo de vida de liberdade, de compreensão e de cooperação que deveria ter sido, por suas razões históricas e por suas tradições, o verdadeiro estilo de vida da Península (...).”<sup>14</sup>

E que Península era essa por que Portugal se bateu ao ter-se batido contra Castela?... Ouçamos, uma vez mais, Agostinho da Silva:

“Uma Península livre e una, com regiões culturalmente autónomas e com descentralização administrativa; uma Península a que se tivesse estendido o sistema de governo peculiar da Idade Média portuguesa, isto é, o de, numa prefiguração da *Commonwealth*, haver uma companhia de repúblicas unificadas por uma coroa; uma Península que tivesse conservado aquele gosto de conversação, de ‘vida conversável’, como diria mais tarde um navegador, para cristãos, judeus e árabes, essa Península, para lá de todas as contingências económicas, teria dado modelo ao mundo. Teria, como numa renda de bilros, dado o ‘pique’ ao mundo. E o dito mundo, Europa inclusive, se podia depois ter dado à tarefa de ir plantando alfinete e lançando ponto.”<sup>15</sup>

Ainda nas palavras de Agostinho da Silva, foi essa guerra o preço necessário para a futura paz:

“Se, porém, está marcado nos destinos que se seja ao mesmo tempo fraterno e universal, o que muitas vezes sucede é que se tenha de começar por pôr de lado aquilo que é apenas uma falsa fraternidade e repousa no desejo que têm os outros de exercer suas escravaturas, tanto mais perigosas e difíceis de evitar quanto, na maior parte das vezes, se acobertam com os pretextos de uma irmandade que é necessário não quebrar. E Portugal teve, quase logo de início, de tomar a sua definida atitude em face de uma Castela que se não resignava a deixar que cumprisse seu particular destino uma daquelas regiões periféricas sem as quais a vida material lhe seria extraordinariamente difícil. Portugal teve que resistir a Castela para manter o seu direito de ser; teve, por obediência ao pai que o concitava com o seu chamamento, de ser aquela espada de que fala o Evangelho e começar por actos de guerra a missão que era, afinal, essencialmente de paz; teve, para poder unir mais tarde, de separar primeiro.”<sup>16</sup>

\* \* \*

Para a devida compreensão da posição de Agostinho da Silva face ao iberismo, há ainda que atentar numa série de outros textos seus, sobretudo, na primeira de duas cartas dirigidas a António Quadros, por este coligidas na

sua obra *A arte de continuar português*, numa secção do apêndice dessa obra, precisamente intitulado “troca de cartas com Agostinho da Silva, a propósito da União Ibérica e do destino de Portugal no mundo de amanhã”.<sup>17</sup>

Nessa primeira carta, datada de 12 de janeiro de 1976, equaciona Agostinho da Silva, sem qualquer temor, a integração activa de Portugal numa “Península regionalizada” – dado que, como se questiona:

“Além de tudo, numa Península regionalizada, a faixa atlântica é por tudo a mais importante e, se Portugal tem, como Quadros e eu cremos (e queremos...) uma mensagem universal (a que faltou, historicamente, a qualidade galega), e a Espanha a não tem (a diferença de heróis exportáveis está entre o Gama e o Quixote, só para citar os dois livros máximos), que medo pode ou tem de haver?”

Nessa medida, essa integração não nos deveria causar qualquer temor – menos ainda aos outros povos peninsulares, dado que, como de seguida acrescenta Agostinho:

“Creio ainda que neste momento os espanhóis ‘periféricos’ que pensam, sentem que a entrada de Portugal numa reformulação ibérica é a garantia de sua própria liberdade.” Eis, aliás, o que Agostinho havia já defendido na sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, ao ter aí escrito que “é só em Portugal que as outras nações da Península podem ver uma esperança e um ponto de apoio para uma futura liberdade.”<sup>18</sup>

Resta, como questão fantasmática, a questão da capital da Ibéria. Também aí, porém, é a posição de Agostinho da Silva, nesta carta, inteiramente desdramatizante – nas suas palavras:

“Creio ainda que com os conceitos jurídicos e as técnicas modernas não é fatal ter de se pensar numa ‘capital’ da Península: Portugal não funcionou muito tempo, e o melhor, com uma ‘côrte errante’, o que não implicava que não fossem sedentárias as administrações concelhias? E tinham sede em São Bento as Côrtes? Tem, em tudo – remata assim Agostinho da Silva esta sua consideração –, de se pensar novo, Quadros, como quando, da outra vez, uns loucos achavam que a África tinha fim ao Sul.”

Em última instância, contudo, para Agostinho da Silva, nesta carta, o argumento decisivo para essa integração activa, e sem qualquer medo, de Portugal numa “Península regionalizada” é o económico – de novo nas suas palavras, com as quais remata a carta:

“Mas o ponto fundamental ainda é o de cima: provem que Portugal pode sustentar, ao nível de vida de que ninguém desiste, os seus nove milhões de habitantes (e o mais que nascer) e eu me calo logo com a história da Ibéria, porque haverá então todo o tempo de esperar que o Brasil cumpra a sua missão em África e se reforme o tal espaço económico de língua portuguesa. Até agora, Amigo Quadros, não o vi demonstrado em lugar algum.”

Tudo isso porque, como havia escrito Agostinho da Silva nesta mesma carta:

“Não creio que a situação económica de Portugal melhore, por maior que seja a ‘política de austeridade’, a rede de imposto (não é nenhuma inovação sobre 28 e seguintes), os empréstimos estrangeiros que só comprometem o país com um mundo rico e podre; Portugal nunca se aguentou por si próprio, embora talvez tenha atingido com Dom Dinis um certo equilíbrio na pobreza, o que hoje ninguém quer (...).”

Daí, enfim, em suma, nesta carta, a razão para essa integração activa, e sem qualquer medo, de Portugal numa “Península regionalizada”. Trava-se, tão-só, de viabilizar economicamente a existência física dos portugueses para que Portugal pudesse cumprir a sua missão metafísica... Que melhor argumento, ainda hoje, para defender a nossa integração na Europa?...

\* \* \*

Agostinho da Silva não foi, de todo, o que em geral se designa como um “europeísta” – ou seja, alguém que tenha defendido positivamente a cultura europeia e, nessa medida, defendido que Portugal deve nela participar o mais possível. Desde logo, para Agostinho, não há uma cultura europeia. Há várias. Pelo menos, duas: a da Europa do Norte e a da Europa do Sul. É, aliás, a partir dessa fronteira, mais precisamente, a partir da fronteira dos Pirenéus, que Agostinho desenvolve a sua visão da Europa. Eis, nomea-

damente, o que acontece no primeiro capítulo da sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*. Aí, começando por “tomar como um todo a cultura peninsular”, enuncia o designa como um “dilema”: “Hispanizar o mundo (...), eis um dos termos do dilema; europeizar a Espanha; eis outro dos termos do dilema.”<sup>19</sup>

Obviamente, a resolução do dilema depende, sobretudo, da visão de cada um, nomeadamente da sua visão da Europa. Agostinho da Silva expõe, logo de seguida, a sua – ouçamo-lo:

“Não creio que a verdadeira cultura e a verdadeira humanidade e o verdadeiro futuro estejam para lá dos Pirinéus; não creio que aquilo a que se deveria chamar a Europa, excluindo cuidadosamente não só a nossa Península Ibérica, mas igualmente o Sul de Itália, daquilo a que hoje se chama Europa, não creio que a Europa de gente loira, ordenadora e filosófica seja muito mais do que isso, ordenadora e filosófica, e possa ver-se livre, a não ser por uma transformação que lhe atingiria o próprio cerne, daquele feitio utilitário, prático e mecânico, que a América do Norte, sua herdeira, levou às últimas consequências.”<sup>20</sup>

Face a esta visão da Europa – que o próprio Agostinho da Silva reconhece como “simplista, mas que tem a vantagem de ser firme” –, fácil é de antever a forma como ele resolve o dilema previamente enunciado, desde logo relativamente a Portugal. Trata-se, no caso de Portugal, de ser o menos europeu possível, de nos voltarmos o mais possível para o mar, para o Atlântico, trata-se, em suma, de nos ligarmos o mais possível aos países transatlânticos, em particular ao Brasil. Para Agostinho, aliás, historicamente, só essa ligação poderia ter “definitivamente livrado Portugal das daninhas influências europeias que não o deixaram ter nem regime cultural nem acção nem política verdadeiramente adequadas à sua mentalidade”;<sup>21</sup> antes procuraram “fazer de Portugal uma Dinamarca latina”.<sup>22</sup>

Nessa medida, denunciou aqueles que, na sua perspectiva, pugnam por esse modelo – nomeadamente, Antero de Quental, por ter defendido o “quebrar resolutamente com o passado” para “entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta”,<sup>23</sup> e, mais ainda, Eça de Queiroz, “escritor que viu Portugal nas suas férias de cônsul; que se divertia com a caricatura dos homens da sua roda e inclusive dele mesmo; para o qual era muito mais fácil fazer graça do que análise”,<sup>24</sup> assim criando “um ambiente de desprezo pela pátria”.<sup>25</sup> Eis,

de resto, a acusação que Agostinho imputou a toda a “Geração de 70”, à excepção de Francisco Manuel de Melo Breyner, conde de Ficalho, que, ao contrário dos outros, “não teve pessimismos, não considerou a nação falida, não troçou de ninguém”<sup>26</sup>.

\* \* \*

Tal como Agostinho da Silva, permitimo-nos aqui defender que o futuro de Portugal passa, desde logo, pela reafirmação da nossa tradição cultural. Isto, de resto, para benefício da própria Europa, que igualmente só terá futuro se se afirmar nas suas diversas tradições culturais, inclusive, na tradição cultural portuguesa.

Não porque a tradição cultural portuguesa seja a via de salvação da Europa e do próprio Mundo como, por vezes, em algumas passagens mais arrebatadas, Agostinho parece defender – a título de exemplo:

“...quando a técnica tiver esgotado todas as suas possibilidades, quando a economia protestante se verificar plenamente anti-humana, quando a centralização estatal se revelar estéril, Portugal virá de novo construir o seu mundo de paz, por maior que tenha de ser o seu sacrifício (...)”<sup>27</sup>

Na perspectiva de Agostinho da Silva, eis, aliás, a “missão” – ou, mais exactamente, a “acção”, dado que, como ressaltou: “Não sei se [Portugal] teve uma missão, porque isso já teria que meter Metafísica, para saber quem é que entrega a missão e quem é que toma a missão. Mas que teve uma acção, teve seguramente.”<sup>28</sup> – pela qual se cumpririam, enfim, as “Descobertas”.

Ainda que a nossa perspectiva seja aqui mais comedida – dado que não cremos, de todo, que seja Portugal que, por si só, irá salvar o Mundo ou, sequer, a Europa – nem por isso deixamos de acompanhar Agostinho na sua defesa da tradição cultural portuguesa. Por uma simples razão: só no seu seio poderão, os portugueses, verdadeiramente ser... Não fosse a Cultura, ainda e sempre, a incontornável mediação na via da realização integral de todo o ser humano. Só na assunção plena daquela, ele, cada um de nós, verdadeiramente será...

## Notas

- 1 *In Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, org. de Paulo A.E. Borges, Lisboa, Âncora, 2000 (doravante: ECLPB), vol. I, p. 31.
- 2 *In* “Considerando o Quinto Império”, *in ECLPB*, vol. I, p. 250.
- 3 *Ibid.*, p. 31.
- 4 *Ibid.*, pp. 95-96.
- 5 *Ibid.*, p. 96.
- 6 *Ibid.*, p. 34.
- 7 *Ibid.*, p. 35.
- 8 Nessa medida, equaciona ainda Agostinho, essa cisão originária prefigura toda a “restante tragédia universal”: “...pode ser que aqui tivessem os destinos do mundo tomado Portugal e Galiza como um perfeito espelho e um resumo de toda a restante tragédia universal” [cf. *ibid.*, p. 32].
- 9 *Ibid.*, vol. II, pp. 316-317.
- 10 *Ibid.*, pp. 357-359.
- 11 “Carta chamada Santiago (1ª)”, Santiago de Compostela, 25/7/1973, *in Correio de S. Félix*, Bahia, 15 de Setembro de 1973; *in Dispersos*, ed. cit, p. 585/601 (2ª); “Carta chamada Santiago (2ª)”, Lisboa, 1/5/1974, *in Parábola* – página cultural do *Diário do Minho*, Braga, 8 de Junho de 1974, p. 3; *in Dispersos*, ed. cit, p. 586/602 (2ª); “Carta chamada Santiago (3ª)”, Lisboa, 21/5/1974, *in Parábola* – página cultural do *Diário do Minho*, Braga, 8 de Junho de 1974, p. 3; *in Dispersos*, ed. cit, pp. 586-587/602-603 (2ª); “Carta chamada Santiago (4ª)”, Lisboa, 17/6/1974, *in Dispersos*, ed. cit, pp. 587-588/603-604 (2ª); “Carta chamada Santiago (5ª)”, Lisboa, 1/7/1974, *in Jornal do Oeste*, Rio maior, 28 de Setembro de 1974, p. 8; *in Dispersos*, ed. cit, pp. 588-589/604-605 (2ª); “Carta chamada Santiago (6ª)”, Lisboa, 2/7/1974, *in Dispersos*, ed. cit, pp. 589-590/ 605-606 (2ª); “Carta chamada Santiago (7ª)”, Lisboa, 17/8/1974, *in Dispersos*, ed. cit, p. 590/ 606 (2ª); “Carta chamada Santiago (8ª)”, Lisboa, 18/8/1974, *in Dispersos*, ed. cit, p. 591/607 (2ª); “Carta chamada Santiago (9ª)”, Lisboa, 1/9/1974 (inédita); “Carta chamada Santiago (10ª)”, Lisboa, 3/9/1974, *in Dispersos*, ed. cit, p. 592/ 608 (2ª).
- 12 “[Cartas a *Encrucillada*]” (Sesimbra, 31 de Dezembro de 1976; 7 de Março de 1977; 26 de Maio de 1977), *in Encrucillada*, revista galega de pensamento cristian, Ferrol, n.º 6, Janeiro-Febrero de 1978, pp. 82-85 e 89.
- 13 *ECLPB*, vol. I, pp. 29-30.
- 14 *Ibid.*, pp. 38-39.
- 15 *Ibid.*, p. 30.
- 16 *Ibid.*, pp. 36-37.
- 17 *In* António Quadros, *A Arte de continuar português*, Lisboa, Edições do Templo, 1978, pp. 189-203.
- 18 Cf. *ECLPB*, vol. I, p. 30.
- 19 *Ibid.*, p. 27.
- 20 *Ibid.*, p. 28.
- 21 Cf. *ibid.*, p. 66.
- 22 Cf. “Desconhecidos, quase”, *in Vida Mundial*, Lisboa, 12/11/1971, p. 25.
- 23 Cf. *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 1996 (7ª), p. 67.
- 24 Cf. *ECLPB*, vol. I, p. 75.
- 25 Cf. *ibid.*, p. 144.

26 Cf. “Desconhecidos, quase”, in *Vida Mundial*, Lisboa, 12/11/1971, p. 27.

27 *ECLPB*, vol. I, p. 91. Daí ainda, nesta esteira, estas suas incisivas palavras: “... a Europa foi o único lugar onde Portugal nunca desembarcou e que precisa que agora Portugal desembarque nela. Portugal com o Brasil. Portugal com a África. Portugal com a Ibéria. Para que a Europa possa ter futuro e um futuro decente.” [Cf. Francisco Palma Dias, “Agostinho da Silva, Bandeirante do Espírito”, in AA.VV., *Agostinho [da Silva]*, São Paulo, Green Forest do Brasil Editora, 2000, p. 165].

28 Cf. *Conversas com Agostinho da Silva*, entrevista de Victor Mendanha, Lisboa, Pergaminho, 1994, p. 27.

## Resumo

Neste texto, o nosso propósito foi o de expressar a visão de Agostinho da Silva da Galiza – vista como a “noiva de Portugal” –, da Ibéria – vista como o grande espaço da Europa do Sul – e, finalmente, da Europa – mais propriamente, das duas Europas: a do Sul e a do Norte.

**Palavras-chave:** Agostinho da Silva; Portugal; Galiza; Ibéria; Europa.

## Abstract

In this text, our purpose was to express Agostinho da Silva’s vision of Galiza, seen as “Portugal’s bride”, his vision of Iberia, regarded as the great space in South Europe, and finally his vision of Europe, more exactly of the two Europes: the South and the North ones.

**Keywords:** Agostinho da Silva; Portugal; Galiza; Iberia; Europe.